



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VI - Nº 78 - 1ª QUINZENA DE NOVEMBRO DE 1994 - SOLIDÁRIO: R\$ 0,70 - NORMAL: R\$ 0,35

**Exército no RIO a mando
do imperialismo americano:**

Não à intervenção do exército!

**Não à ocupação dos morros
pela PM e pelo exército!**

**Nada de repressão sobre
a população favelada!**

**Comitês de auto-defesa para
enfrentar os narcotraficantes
e a repressão militar!**

**Em defesa da
Revolução
Russa**

**Construir o Partido Mundial
da Revolução Socialista**

**No 1º turno, mais de 30 milhões contra
a mentira, a farsa e a corrupção eleitoral.
No 2º turno, façamos o mesmo:**

**VOTO NULO!
Construir o Partido Revolucionário!**

A greve metalúrgica e o Plano Real: Generalizar as greves contra o arrocho por todo o país

Os capitalistas da Fiesp disseram um não bem grande à reivindicação de 69,69% de reposição salarial. Ofereceram apenas o índice determinado pela lei de 15,67%, admitindo chegar ao máximo de 18% em alguns setores. Os patrões argumentam que não podem ultrapassar os limites impostos pelo Plano Real, porque estão impedidos de repassarem para os preços dos produtos. Com isso, também, foi rompido o acordo anterior de reajustes mensais de salários. Ocorre que dos 69,69%, 59,69% correspondem a perdas inflacionárias passadas e apenas 10% a melhoria salarial.

Diante da total intransigência patronal, o sindicato metalúrgico, dirigido pelo Força Sindical, decretou a chamada greve andorinha. Os burocratas dizem que é um novo tipo de greve, porque paralisa fábricas por regiões num período de 24 horas. Ou seja, terminada a greve numa região, depois de um dia, passa-se para outra. As primeiras fábricas a paralisarem foram as da região sul de São Paulo. Em seguida a greve foi para algumas cidades do interior e voltou para Guarulhos (Grande São Paulo).

Essa greve andorinha é mais um canto de verão. O objetivo da direção da Força Sindical é de levar o impasse para o TRT, de onde espera algumas miga-

lhas. Não se pode lutar seriamente por uma reivindicação de 69,69% que bate de frente contra o Plano Real brincando de vôo de andorinha, andando de helicópteros de lá para cá, numa demonstração de aparelhismo sindical. A greve para vencer deve ser de todos os metalúrgicos de São Paulo e interior numa só força, organizada sobre a base de comitês de greve.

A verdade é que a Força Sindical, do corrompido Medeiros, apoia o Plano Real. Assim, não pode dirigir uma greve que quebre a lei imposta de confisco dos ganhos dos operários. O sindicato atrelado à política econômica do governo está fadado a trair os interesses dos trabalhadores. Se os operários não se revoltarem contra essa farsa da greve andorinha e paralisarem de uma vez todas as fábricas, saindo às ruas, não poderão alcançar nada dos 69,69%. A bandeira a ser levantada é de: greve geral metalúrgica e unidade operária para vencer os patrões e derrotar o Plano Real.

A quebra das greves

A direção da CUT, da Força Sindical e CGT chegaram a se reunir e dizer que fariam uma campanha salarial unificada. Foi pura conversa fiada. A burocracia do sindicato de São Bernardo saiu à frente com a greve, para rachá-la finalmente em duas partes: entre os operários das montadoras e das auto-peças. Em seguida, foi quebrada a greve nacional dos petroleiros. Os bancários foram ludibriados por sua direção, que inventou a estória das paralisações surpresas por banco, prometendo uma greve nacional depois das eleições. Finalmente, se curvou perante a Federação dos Bancos, que lhes ofereceu um vale-compra muito inferior à cesta-básica. A combativa greve da construção civil ficou totalmente isolada. A burocracia sindical dos têxteis enrolou o quanto pôde, desmotivando os trabalhadores para a greve. A direção do funcionalismo público se calou totalmente diante da ofensiva do arrocho. Agora, a greve dos metalúrgicos de São Paulo caminha para o mesmo

beco sem saída.

Está aí um quadro que mostra como a burocracia sindical, que divide o movimento operário, constituiu um frente única para a quebra dos movimentos. Esta casta corrompida é o principal sustentáculo do Plano Real. A desativação dessa grande jornada de luta contribui para novos ataques da burguesia e de seu governo recém-eleito.

É preciso derrubar a lei de congelamento dos salários

Um dos pilares do Plano Real é a expropriação de parte dos salários, que não terão reposição, e seu congelamento por um ano. O governo ainda tem em mente anular a parte da lei que obriga a reposição da inflação passada, em real, depois de um ano. Volta-se a falar na farsa da livre negociação, o que quer dizer que os patrões não precisam repor todas as perdas.

A inflação de mais de 3% em outubro demonstra a dificuldade do Plano Real manter os preços estabilizados. Para a família trabalhadora, a inflação é mais violenta, porque as maiores altas ocorreram nos produtos alimentícios. Sem dizer do aluguel, que atinge a maioria da população trabalhadora.

A disposição de greve demonstrada em várias camadas da classe operária foi abafada pela política do PT e da burocracia sindical em geral. Entretanto, a classe operária não sofreu nenhuma derrota significativa e retomará o caminho da luta assim que o Plano Real avançar um pouco mais em sua falência. Trata-se da vanguarda militante trabalhar corretamente no seio do operariado com as bandeiras de derrubada integral do Plano de fome e miséria. Uma das bandeiras fundamentais é a do fim do congelamento dos reajustes salariais, pela reposição integral de todas as perdas passadas e por um salário mínimo de 700 Reais. Sob essa linha, trabalhar incessantemente pela campanha nacional de luta contra o Plano Real.

ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970



Plano Real sob artilharia dos aumentos de preços

A pressão inflacionária tem crescido nas últimas semanas. Uma parcela da classe média, que aplicava na poupança e outros tipos de aplicações, passou a sacar o dinheiro dos bancos e a investir principalmente em automóveis e, em menor grau, em eletrodomésticos. O ágio na compra de veículos novos disparou para quase 3 mil reais. Os preços dos eletrodomésticos subiu mais de 15% em um mês.

Acontece que os capitalistas sabem que trata-se de um fenômeno passageiro, que baseia-se na queda dos rendimentos da poupança e aplicações. Por isso, não aumentam a produção, apenas elevam os preços das mercadorias.

Para conter essa pressão altista, o governo decretou uma série de medidas: criou um imposto aos bancos que emprestem dinheiro para financiamento; reduziu os prazos dos consórcios para 12 meses; limitou as prestações a 3 meses; aumentou os juros. Mas a burguesia industrial revoltou-se e exigiu um recuo do governo, porque essas medidas a quebrariam. Os empresários reclamavam que podiam conviver com recessão desde que pudessem lucrar com a especulação da alta inflação. Dessa forma, os custos da crise são descarregados sobre as massas e os capitalistas continuam ganhando. Mas reduzir a inflação e acrescentar mais recessão pode quebrar os capitalistas, e contra isso se levantou a FIESP.

O governo cedeu, voltando atrás em alguns pontos. Por exemplo, voltou o prazo dos consórcios para 36 meses.

Pressão altista continua

A inflação em São Paulo superou os 3% em outubro. A pressão altista vem também dos produtos alimentícios. A carne subiu 37% em um mês, o feijão pulou para mais 80%. O governo preocupa-se com isso porque índices de inflação incitam os operários a irem à luta por reajustes de salários, que estão congelados e só assim garantem a continuidade do plano, que depende do arrocho e do congelamento salarial.

Mas torna-se cada vez mais difícil para o governo controlar as pressões altistas. A elevada emissão de dinheiro, o buraco nas contas públicas e a pressão dos

bancos e dos empresários vai enchendo um barril de pólvora inflacionária.

A saída operária

Para os assalariados, a tarefa é a defesa de sua condição de vida e trabalho. A recessão pretendida pelo governo aumentará as demissões. O valor do salário está sendo corroído por uma inflação menor, mas que não conta com um reajuste de salários para combatê-la. Por isso, devemos exigir a escala móvel de salários e de emprego. Para garantir que todos possam trabalhar e para que o salário não continue a ser rebaixado para favorecer os capitalistas.

A única forma de se conquistar isso é através da luta nacional de massa que derrube o plano. Exijamos assembleias em todas as categorias para aprovar a unificação da luta e a formação de comandos unificados que organizem o enfrentamento. Caso contrário o arrocho se aprofundará, juntamente com o desemprego, a destruição da economia e a submissão nacional ao imperialismo.

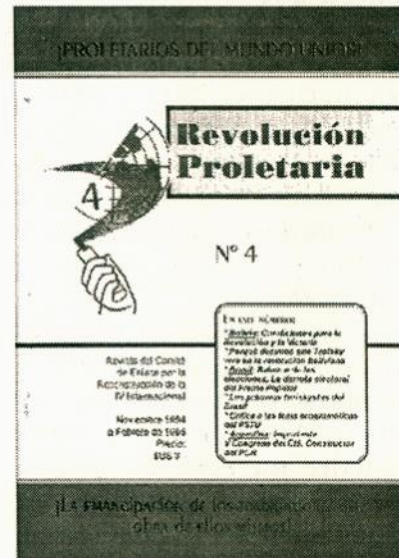
Nacional



Adquira os materiais da TPOR e do Comitê de Enlace:
Já à venda:



R\$ 15,00



R\$ 3,00

Palestra e debate sobre o Plano Decenal:
Sábado, 12 de novembro, às 16 horas.
Rua Clélia, 884 - Lapa - São Paulo

Fernando Henrique será um governo de crise

Os partidos que sustentaram FHC nas eleições iniciaram as pressões para definir em seu favor a composição do futuro governo. O presidente eleito busca aliados no PMDB e outros partidos, para tentar reduzir a influência das oligarquias nordestinas no futuro governo.

Para contrabalancear a influência de setores oligárquicos, busca apoiar-se em outros setores, também oligárquicos. O PFL quer definir já a formação do governo, porque teme que o empresário paulista pró-imperialista tenha hegemonia no poder do Estado.

A disputa resultará necessariamente em uma composição das oligarquias regionais nordestina e do sudeste. É uma condição para manter a unidade do país que se expressem no Estado as oligarquias regionais que controlam a economia e as regiões. O Estado semicolonial, capitalista atrasado, tem de refletir necessariamente o atraso na composição do governo e instituições estatais. Essa composição se dá sob a batuta do imperialismo, que controla e submete cada vez mais o país.

Fernando Henrique sabe que terá que fazer grandes concessões aos oligarcas. Por isso já estuda a possibilidade de reformar a estrutura do governo, enfraquecendo o Ministério da Economia e trazendo para si o controle da política econômica. Sabe, por experiência própria, que quem dirige a Economia

exerce o verdadeiro poder. E não quer arriscar-se a vê-lo escapar das mãos.

As disputas entre as frações burguesas se dão para definir o ritmo e alcance da aplicação das medidas neoliberais, a serem efetuadas no próximo governo. Fatalmente resultarão em quebra de uma parte das forças produtivas em benefício do imperialismo. Mas os capitalistas brasileiros brigam entre si para ver quem sobreviverá para ser sócio menor do imperialismo na superexploração das massas. Essa disputa se dará também no interior do futuro governo, que será de crise.

Para as massas, trata-se de não dar nenhuma confiança ao governo antinacional e antipopular. A tarefa é enfrentá-lo nas ruas, para derrubar o plano neoliberal, através da luta nacional de massa.

Nas mãos do imperialismo

Antes mesmo da posse, Fernando Henrique Cardoso revela o quanto está disposto a colocar o país sob a guarda das potências imperialistas. Em entrevista, explicou que procurará colocar o Brasil nos centros das decisões mundiais. Entende, por isso, ingressar na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) e no Conselho de Segurança da ONU. Na realidade, trata-se de uma justificativa para uma outra adesão. Fernando H. Cardoso referiu-se à possibilidade de assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP).

Até então os governos anteriores tiveram o cuidado de não ir tão longe na submissão do Brasil. Esse tratado inviabiliza qualquer pesquisa soberana e independente na área de energia nuclear. Permite que os governos imperialistas vasculhem toda atividade nesse sentido, enquanto que em seus países acumulam um arsenal capaz de destruir a Terra. Ficou conhecido o atrito dos governos militares com os Estados Unidos por incentivarem um projeto paralelo de energia para fins bélicos.

O governo Collor deu um passo importante no atendimento das exigências norte-americanas de acabar com o sonho da bomba atômica e domínio da tecnologia

de mísseis. Fechou o campo de provas e assinou o Tratado de Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (Tlatelolco). Muitos outros passos foram dados nesse objetivo. Está no Congresso para ser votado um projeto de lei que proíbe o país de exportar materiais e tecnologia de uso múltiplo (civil e militar).

Nada disso corresponde às necessidades do Brasil. São imposições do imperialismo, que domina o capital financeiro, o mercado mundial e as forças bélicas, com os quais mantém subjugadas as nações semicoloniais. Caso seja desobedecido, como o fez a Coreia do Norte, impõe o embargo comercial e ameaça com a invasão militar. Essa história de que o Brasil é um país industrial importante para ficar à margem das grandes decisões é conversa mole. Como semicolônia do imperialismo e com uma burguesia submissa, o Brasil não tem como influir na condução mundial imposta pelo imperialismo. Fará o mesmo que a Argentina, que depois da derrota das Malvinas, em que os Estados Unidos auxiliaram a Inglaterra, passou a ser um cachorrinho do governo norte-americano. Está aí para provar a conduta de Menem que se colocou totalmente favorável à invasão do Haiti.

Teremos pela frente uma luta dura contra as posições pró-imperialistas do governo Fernando H. Cardoso. É necessário que o proletariado tome para si a tarefa de pôr em pé uma Frente Única Antiimperialista, em defesa da soberania nacional e da revolução social.



PT apóia os partidos patronais

No segundo turno das eleições, o PT está fazendo todo tipo de alianças. Em São Paulo, apóia Mario Covas, do PSDB, juntamente com o PFL, PPR e PTB. No Rio Grande do Sul, está sendo apoiado pelo PPR malufista. No Distrito Federal, seu candidato está numa aliança com o PSDB. Erundina foi até a Paraíba para manifestar o apoio petista ao PMDB. No Rio de Janeiro, o PT está com o PDT de Brizola.

O PT deixou de lado qualquer restrição que pudesse ter existido antes e passou a praticar o fisiologismo burguês clássico, que consiste em apoiar para pedir cargos, não importa o partido. Como explicar às massas o seu apoio atual àqueles que antes eram candidatos do neoliberalismo?

A conduta do PT mostra que esse partido escolheu o caminho de tornar-se um partido burguês exatamente como os outros. Fracassou a tentativa de se alçar ao governo baseado no apoio das organizações sindicais e populares. O resultado das urnas mostra que se desgastou junto às massas. Agora, o PT se apresenta como um partido que incorporou a essência da estratégia burguesa para a crise, o neoliberalismo, e busca se oligarquizar.

A posição do PT mostra o acerto da defesa do voto nulo nas eleições. O argumento das correntes de esquerda seguidistas do reformismo era de que havia uma clara polarização eleitoral. Agora, com o PT integrado em frentes com todos os partidos patronais, como se explica a pre-

tendida polarização? Trata-se de uma farsa!

Os milhões de votos brancos e nulos reforçam a necessidade da construção do partido revolucionário, que denuncie a farsa das eleições burguesas e impulse as massas para que tomem seus problemas em suas próprias mãos e lutem para acabar com o regime de exploração de classe.



Lula, de broche e tudo, apóia Covas.

Nacional

PSTU: O que faz o eleitoralismo

O PSTU acha que está fazendo uma política coerente chamando o voto nulo, no segundo turno, às candidaturas burguesas e voto positivo nos três candidatos a governador do PT. Sem dúvida, trata-se de chamar o voto nulo contra os partidos patronais. Porém, o PSTU continua a cometer o mesmo erro do 1º turno ao chamar o voto em Olívio Dutra (Rio Grande do Sul), Cristóvam Buarque (Brasília) e Vitor Buaiz (Espírito Santo), todos do PT.

Os três politiquieiros petistas são representantes da ala mais direitista do partido e defendem abertamente o governo de coalizão burguesa. Não é por acaso que o PPR chegou a cogitar o voto em Olívio Dutra e uma parte dos malufistas continua com essa posição. Em Brasília, vários partidos burgueses saíram em apoio a Cristóvam. No Espírito Santo, existe um acordo feito pela direção do PT de que o PSDB apoiará ostensivamente Vitor Buaiz.

O PSTU, que fez campanha para que o PT rompesse com a burguesia, é incapaz de romper com o PT quando este aperta os seus laços com os partidos burgueses. Em sua explicação sobre o apoio a Lula no 1º turno, afirmava o candidato petista à presidência da República representava os anseios dos oprimidos e que encarnava um "projeto antagônico" ao de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). A aproximação de Lula com a Fiesp, UDR etc e sua posição contrária às greves que estavam para explodir eram suficientes provas para jogar por terra a caracterização do PSTU.

Agora, no 2º turno, Lula se reuniu com Mário Covas, candidato do PSDB por São Paulo, e estabeleceu uma linha concreta de apoio. O caudilho corrompido chegou ao ponto de abrir o reduto operário do ABC para em pessoa defender o voto no partido de Fernando Henrique Cardoso, ou melhor, o voto na coligação PSDB/PFL. Não espe-

ramos coerência de uma corrente centrista e oportunista como o PSTU, mas seus militantes de base que acreditam na coerência devem exigir do PSTU um rompimento imediato com o PT no 2º turno e uma clara denúncia de corrupção política de Lula a ser feita a partir das fábricas do próprio ABC.

Como é que o PSTU continua a apoiar os candidatos do PT quando seu principal líder se coloca abertamente a apoiar a coligação que o derrotou nas eleições presidenciais? Não acreditamos que o PSTU rompa com o PT nem mesmo numa situação de clara de submissão deste partido à burguesia. Isso porque assumiu um compromisso eleitoral com a Frente Popular e agora não pode deixar de cumprir esse acordo até o final, mesmo que o PT apoie os candidatos da coligação PSDB/PFL e que receba apoio até do PPR.



Telma de Souza na mesma mesa que Gastone Righi, do PTB e Covas, do PSDB. Quem é progressista, quem é conservador?



Rio:

Fora o exército do Rio!

Nada de reprimir a população empobrecida!

Construir os comitês de auto-defesa contra o tráfico e a polícia!



Nacional

Os graves problemas ocorridos no Rio de Janeiro, envolvendo o tráfico de drogas, os extermínios, arrastões nas praias, ameaças constantes de mortes, brigas entre quadrilhas, a corrupção na polícia e em outras instituições do Estado etc vêm se agravando nos últimos anos. Dados recentes mostram que há um homicídio por hora no Grande Rio e que a criminalidade fez cerca de 70 mil mortos. Por isso já se diz que morre mais gente do que na guerra civil da Iugoslávia. Somente no primeiro semestre, desse ano, 1700 pessoas foram atingidas por balas.

No Rio de Janeiro se concentram mais de 600 favelas, algumas consideradas como das maiores do mundo em ocupação populacional, a exemplo da Rocinha. A maioria delas é controlada pelo narcotráfico. O comércio de drogas ("bocas de fumo") é intenso. A distribuição e venda da co-

caína e outros derivados possibilitaram a formação de verdadeiras gangs controladoras de tal atividade. Armadas de fuzis, granadas etc os grupos organizados se degladiam entre si para ampliar a área de influência, bem como enfrentam ação policial.

No Rio já se tornou frequente os extermínios pela polícia, como por exemplo o da favela do Vigário Geral (29/agosto de 1993), onde 21 moradores foram assassinados por um grupo de extermínio. A chacina da Candelária, (23/julho) onde a polícia matou 8 crianças de rua, que dormiam na porta da Igreja, tomou conta dos noticiários de todo o mundo. Os motivos são sempre os mesmos: choque entre as quadrilhas e a polícia corrompida por elas.

Como se vê, o retrato da "cidade maravilhosa" é o da miséria, fome, sequestro, corrupção e do crescente aumento do tráfico de drogas. São milhões de trabalhadores desempregados, subempregados, que não têm outra saída senão se acotovelar nos morros. Os baixos salários tem contribuído para o crescimento dos grupos ligados ao tráfico. Fala-se de 11 mil pessoas vivendo diretamente do tráfico e da venda de 1300 quilos de cocaína por semana nas grandes favelas. Esse comércio aumenta a cada dia e atrai os subempregados, desempregados e os massacrados pelo salário de fome. Aí se contrata desde os olheiros (crianças e adolescentes), soldados, foqueteiros, armeiros, che-

fes das bocas de fumo até os reponíveis diretos pelo tráfico.

A polícia é parte desse quadro de decadência do capitalismo. O soldo de um soldado está pouco acima de um salário mínimo, o que o empurra, necessariamente, para as favelas. Uma parte se vê obrigada a se vender ao comando dos morros, que lhe oferece o dobro de dinheiro para o cumprimento de tarefas semanais. A cúpula da polícia é formada de uma camarilha, altamente corrompida, que se enriquece às custas dos favorecimentos aos chefes do tráfico.

Os governos estadual e federal têm conhecimento pleno das atividades ligadas ao narcotráfico. Conhecem as rotas, os responsáveis e os destinatários. Porém, o combate ao tráfico significa a ação do Estado sobre suas próprias instituições (Polícia, Judiciário, Parlamento etc), já denunciadas de ligações com o narco. O próprio governo informa que, por ano, são expulsos de 200 a 300 PM envolvidos com crimes e outras irregularidades. É sabido que policiais civis (que estão na cúpula da corporação) apresentam enriquecimento incompatível com os seus salários, e mesmo assim continuam na ativa.

As operações de combate não são novas. Volta e meia o governo lança a operação de "subida aos morros" para prender os traficantes. Os resultados têm sido a repressão sobre a população pobre e aumento do número de mortes de favelados.



As pressões do imperialismo

Por detrás da decisão do governo Itamar de intervir no Rio, estão as pressões dos Estados Unidos. Não é de agora que o imperialismo norte-americano vem exigindo do Estado brasileiro a abertura de suas fronteiras para a penetração de seus órgãos repressores (DEA) ao narcotráfico. O mesmo tem ocorrido em toda a América Latina. Na Bolívia, no mês de outubro, os camponeses realizaram uma marcha em vários pontos do país até a capital (La Paz) contra a investida da DEA, que maneja os grupos especializados de repressão.

À primeira vista, os Estados Unidos comparecem como defensores da humanidade. Porém, a realidade é bem diferente. A contenção do narcotráfico é uma necessidade do capitalismo putrefato. O maior mercado consumidor de drogas está na norte-américa. O que reflete a desagregação social dessa potência. O problema não pára por aí. O governo dos Estados Unidos precisa estancar a evasão

de dólares e proteger o interesse de outras frações capitalistas. O fato é que a desagregação econômica vem favorecendo um negócio de alta lucratividade, que são os narcóticos. Formou-se uma verdadeira burguesia narcotraficante. Está aí porque os gringos não estão, de fato, preocupados com o bem-estar dos camponeses bolivianos, dos favelados do Rio ou dos consumidores de drogas, que via de regra são os filhos da própria burguesia.

A questão do narcotráfico serve para acobertar a estratégia intervencionista dos Estados Unidos na América Latina. Dado que a crise mundial vem se agravando e ganhando particular gravidade nos países semicolônias latino-americanos, o imperialismo tem a necessidade de assegurar seus interesses aumentando a opressão nacional. A recente invasão do Haiti e as pressões para destruir as conquistas da revolução cubana vêm nesse sentido. A investi-

da da DEA na Bolívia chegou a tal ponto que os "assessores" norte-americanos controlam o governo e o aparato repressivo do exército. Seus aviões militares controlam todo o espaço aéreo boliviano. A exigência da erradicação da coca atinge violentamente os camponeses, que não têm outra forma de sobrevivência. Enquanto isso o governo norte-americano não consegue controlar em nada o maior mercado mundial de narcóticos que está em seu país. O governo brasileiro age por conta das pressões do imperialismo, não se importando que a repressão atinja a população mais oprimida das favelas.

Nacional

Convênio: O "acordo" traçado pela camarilha militar federal

A proposta inicial de combate ao tráfico e desarmamento das massas das favelas foi o da decretação do "Estado de Defesa". Regime no qual são suspensas as "garantias constitucionais", por exemplo o direito de reunião, de sigilo telefônico, cartas etc e as prisões são efetuadas sem mandado judicial. Ou seja, eliminação dos direitos democráticos mínimos instituídos pelas leis burguesas. Essa proposta causou impacto negativo entre os próprios defensores de ação violenta da polícia. De um lado, havia o grupo que considerava desgastante a aplicação de tal medida em final de governo, quando Itamar tem um bom índice de aceitação nas pesquisas. De outro, havia aqueles que diziam que isso significava a demonstração de fraqueza. Aristides Junqueira (Procurador-Geral da República) afirmou que "O Estado tem que dar uma demonstração de força, mas sempre respeitando as leis". Porém, há um ponto em comum. Todos dizem que "existe um poder paralelo e isso não se pode aceitar".

A intervenção organizada pelas Forças do Exército, Marinha e Aeronáutica e o Estado Maior das Forças Armadas, com a colaboração do governo do Rio (Nilo Batista) pouco se

difere do "Estado de Defesa". No palavreado do governo trata-se de uma intervenção branca, o que significa submeter a polícia do Rio ao comando geral do exército federal. É uma ação em conluio com os interesses da política norte-americana de combate, na América Latina, do tráfico de drogas e as consequências geradas por tal comércio.

Para a implementação do Plano, o presidente nomeou o general Câmara Senna, tido como "linha dura", responsável pela guarda dos chefes de Estado na ocasião da Eco 92. Uma das estratégias de tal ação é fazer a "limpeza" na polícia carioca. Uma ação extremamente difícil de ser concretizada, pois só na polícia civil há 300 delegados e investigadores denunciados de envolvimento com o tráfico. Essa é uma das razões de não aceitarem a submissão ao Comando federal. As estratégias que serão usadas para pôr fim às bocas de fumo e aos responsáveis fazem parte do sigilo militar. Certamente, usarão de todo tipo de repressão para desarmar a população das favelas.

A efetivação de qualquer medida que envolva a ação militar trará como consequência o massacre de uma parcela de trabalhadores que mora

nos morros, controlados ou não pelos grupos de traficantes. A eliminação do tráfico e o combate aos responsáveis pelo comércio da droga não se darão através das armas de um Estado semicolonial submetido às pressões dos países imperialistas. Só existem as bocas de fumo porque há quem compra. Com certeza, a cocaína não faz parte do consumo da classe operária e nem dos subempregados. Os compradores, fonte dos altos lucros, estão na classe burguesa tanto do Brasil como fora dele. Aí está a incapacidade do Estado burguês em eliminar o tráfico de drogas, porque significa erradicar o vício da classe dominante.



A intervenção e a crise política

O governador do Rio, Nilo Batista (PDT), diante da estratégia do governo federal, ameaçou até renunciar, caso o governo concretizasse o "Estado de Defesa". Mais do que depressa, Itamar buscou integrar Nilo aos planos de "garantir a segurança do Rio". As conversas serviram para acalmar os ânimos do governador, atingido pela perda de seu poder no estado. Na verdade, tratava-se de ganhar o aval para que a intervenção se efetivasse. A estratégia sigilosa do alto comando militar já estava pronta, o que se fez foi levar ao conhecimento do governador, antes de sua implantação.

Nilo Batista foi forçado a admitir a intervenção federal, deixando evidente sua incapacidade de punir os policiais, delegados e investigadores envolvidos com toda trama de lavagem de dinheiro, favorecimento de entrada de drogas etc. Da mesma forma, revelou sua impotência de comandar a polícia do Rio. As ações policiais eram tomadas, muitas vezes, sem o consentimento do próprio governador. A hierarquia do Estado burguês se esfacela com o avanço da crise. De um lado, o governo de estado já não controla seus subordinados e, de outro, o narcotráfico alcançou um grande poder de

controle armado nas favelas. A polícia totalmente corrompida e entrelaçada com o narcotráfico passou a expôr de maneira aguda a desintegração do capitalismo e a decomposição política de um dos estados mais importantes da federação. Está aí a razão da intervenção do governo central.

A estratégia de intervenção federal no Rio prevê que a autoridade do governador será formal até o final de dezembro. Porém, Fernando Henrique Cardoso não descartou a possibilidade de se implementar o "Estado de Defesa", assim que assumir o governo. Disse o presidente eleito que apoia a medida se houver necessidade. Não poderia discordar de uma ação que é ditada pelos próprios credores internacionais, uma vez que está determinado a fazer um governo de acordo com os interesses do imperialismo.

Os atritos que surgem no interior da burguesia em torno de ser mais branda ou menos branda a intervenção revelam os interesses das diversas frações do capital. É por isso que Fernando Henrique procurou ser mais cauteloso na adoção de medidas que evidenciam a fragilidade dos poderes estaduais e na extrema dificuldade de manter o funcionamento federativo com a máscara da democracia. Ocorre que a intervenção militar da União por cima do governo do estado é um precedente que revela a desintegração política do país, impulsionada pela crise econômica e social estrutural.

Combater a intervenção federal Construir as milícias de auto-defesa

Os problemas que vêm ocorrendo no Rio são os mesmos que acontecem nas grandes capitais do Brasil. Basta lembrar os extermínios de menores e adolescentes em São Paulo, o enorme contingente da população que mora nas ruas, a prostituição que tomou conta das meninas do norte, nordeste e demais regiões, o desemprego de milhões de trabalhadores e o salário mínimo de fome que é imposto para 1/3 da população ativa do país. O comércio de drogas se tornou uma atividade central nas grandes cidades. O que o governo e as potências imperialistas procuram esconder é que a produção dos narcóticos é própria do regime capitalista. E quanto mais agudiza sua crise, mais floresce esse tipo de negócio, à margem do sistema legal de produção. Não é por acaso que por detrás das quadrilhas narcotraficantes está uma burguesia do narcotráfico, inclusive grandes bancos que fazem a lavagem dos dólares ilegais.

As massas empobrecidas da América Latina são vítimas da podridão capitalista. Esse regime de exploração do trabalho as mantém na mais absoluta miséria e as transforma em favelados, que se aproximam da condição de lumpem-proletários, ou seja, de trabalhadores totalmente excluídos da relação de produção e do direito ao salário mínimo de sobrevivência. Essas massas são um instrumento valioso na mão da burguesia narcotraficante. É isso que se passa no Rio de Janeiro. A intervenção do

exército visa apenas controlar a expansão descarada do tráfico e a luta aberta entre os bandos, dos quais faz parte a polícia. A população não deve se iludir de que se trata de uma ação de segurança e defesa do bem-estar. Ao contrário, a repressão está voltada contra a população favelada.

A verdadeira solução só pode vir da luta revolucionária da classe operária e demais oprimidos por suas reivindicações mais elementares e pela destruição do sistema de exploração do trabalho. É preciso também desmascarar os demagogos, do tipo Betinho, que diz que a solução é moralizar a polícia corrupta e implantar uma política de assistência social aos miseráveis. Esses argumentos são impotentes frente a inevitável desagregação do capitalismo e a proliferação de formas apodrecidas de comércio, como o narcotráfico. Ao contrário, trata-se de compreender que a classe burguesa decadente não pode sanear o seu próprio regime. Cabe ao proletariado encarar todos esses problemas através de seu programa da revolução socialista.

Frente aos ataques da polícia e a ameaça do exército em transformar a intervenção em uma guerra civil contra a população favelada; frente ao poder armado dos narcotraficantes, cabe às organizações operárias e populares reagirem em defesa da vida das massas. É o momento para que a CUT, sindicatos, movimento de sem-terra, associações de bairros etc levantem um plano de reivindicações contra a fome e a miséria e contra a mortandade imposta pelo capitalismo. É preciso que esse plano sirva de base de uma grande mobilização nacional, desde as fábricas, campo, bairros, escolas etc e que coloque a defesa das massas através da formação de milícias populares, a única maneira real de defender a população da polícia e dos narcotraficantes.



Exigir do sindicato a campanha de luta

O descontentamento entre os operários têxteis é grande. Todos já começaram a sentir os efeitos do congelamento dos salários, imposto pelo Plano Real. Por outro lado, o sistema da jornada de trabalho 5x1 e 6x2 tem provocado perdas aos trabalhadores, além de sacrificar suas vidas. Apesar dessa situação calamitosa e do descontentamento, os operários não têm se animado com a campanha salarial do sindicato.

Existem pelo menos três razões que explicam tal atitude: 1) A onda de desemprego que ocorreu entre os têxteis; 2) A direção burocrática e pelega do sindicato, claramente corrompida pelos patrões; 3) O pouco desenvolvimento da Oposição classista, que ainda não comparece como alternativa capaz de dirigir a luta em choque com a burocracia vendida. Também é preciso ver que a quebra das greves de metalúrgicos, petroleiros, bancários etc pela burocracia tem sido mal exemplo para os têxteis.

Os patrões, sabendo que os operários não se animam a ir massivamente nas assembleias e a sair em greve, se aproveitam para oferecer migalhas, que não passam da fajuta reposição permitida pelo governo, que é de 15,67%. Somente em outubro a inflação em Real foi de cerca de 3%, sendo que a cesta-básica se elevou violentamente. Dos 60 itens de reivindicações, os patrões se dispuseram a alterar apenas três deles, numa verdadeira insignificância. A ousadia dos capitalistas chegou a tal ponto que se quer negociam diretamente com o sindicato. Mandam em seu lugar uma comissão.

A diretoria pelega do sindicato, vendo o descaso da patronal, se desespera em acusar os operários de não irem às assembleias e de não se mobilizarem na campanha. De fato, a palavra de ordem de preparar a greve tem caído no vazio, apesar das necessidades de luta sentidas pelos nossos companheiros de fábrica. Na assembleia do 30/10, cresceu um pouco o comparecimento. Os pelegos logo começaram a falar em greve relâmpago, que é aquela que se apaga antes de

começar. Está aí porque os trabalhadores receiam acreditar nas intenções da burocracia corrompida.

Um exemplo disso é o que acontece na TDB. Os companheiros dizem que o sindicato fez uma greve inconsequente que só lhes trouxe problemas. É que essa greve foi isolada e foi uma tentativa dos pelegos fazerem uma demonstração para os patrões de que poderiam fazer paralisações. Mas ao quebrar a greve favoreceu a classe patronal.

É preciso ir à luta

O que os nossos companheiros de fábrica têm de compreender é que a única forma de enfrentar a situação de miséria é organizar uma grande greve. Para que os pelegos não a quebrem, a saída é participar em massa nas assembleias e organizar comandos de greve fabris. Ao mesmo tempo que lutamos contra os patrões, exigimos que nosso sindicato cumpra a soberania das assembleias. Nelas devemos expressar nossa vontade, exigir o direito de palavra a todos os operários, sem que haja perseguição posterior pelos pelegos e patrões.

Todos à assembleia do sindicato para votar:

Greve em todas as fábricas; Organizar os comandos de greve; Fim do congelamento dos salários; Reposição de 68%; Direito ao trabalho a todos os operários; Redução da jornada de trabalho (sem redução do salário), para acabar com o desemprego; Salário mínimo real de 700 reais; Pela democracia operária nas assembleias.

Carta de um operário têxtil

Está se aproximando o dia 1º de novembro, data em que entra em vigor o dissídio da categoria dos têxteis. O sindicato afirma que não há nada acertado com os patrões. Será que isso é verdade? Ou será que eles já aceitaram apenas a inflação divulgada após o Plano Real e estão enrolando sem querer dar a notícia antecipada, para não provocar reação da categoria? Afirmaram também que a inflação alta voltará a partir de janeiro. É mais um motivo para não aceitar migalhas e lutar pelas perdas salariais anteriores.

A diretoria do sindicato acusou os companheiros da Vicunha, que sendo a maior empresa da categoria e que paga o menor salário, de não comparecerem às assembleias. Nesse ponto até concordamos. É verdade que os companheiros da Vicunha não vão às assembleias, mas a diretoria tem uma parcela de culpa, pois aparecem muito pouco na portaria da fábrica. É preciso aparecer mais, distribuir panfletos e convidar os companheiros a irem às assembleias. É preciso mostrar a importância da presença nas assembleias.

Companheiros da Vicunha, não vamos aceitar pacificamente mais derrotas. Levantem a cabeça e vamos à luta. Defenda o que é seu. Vamos nos unir, para nos fortalecer.

Em defesa da militante de Causa Operária

Áurea Rodrigues Caproni foi demitida pelo juízes, quando estava em licença médica. O agravamento de sua doença a impediu que retornasse ao trabalho, obrigando a continuidade de sua licença-saúde. A Justiça se aproveitou do fato para demití-la e o governo, através da burocracia do hospital do Servidor Público, vem impondo obstáculos ao tratamento necessário de hemodiálise.

A denúncia das arbitrariedades sofridas pela militante Áurea deve ser parte do conjunto da luta dos oprimidos contra todo tipo de opressão social.

Milhares de trabalhadores, como Áurea, são demitidos pela única razão de lutar contra o regime de exploração do trabalho. É contra o regime, que massacra as massas com um salário mínimo de fome, que reprime os camponeses pobres que ocupam terras, que despeja violentamente os sem-teto, é que lutamos para pôr abaixo.

Defendamos Áurea das perseguições políticas! Construamos os comitês contra a opressão social!

Não deixemos que os patrões, a burguesia e seu Estado esmaguem os trabalhadores!

Movimento Operário



Denúncia

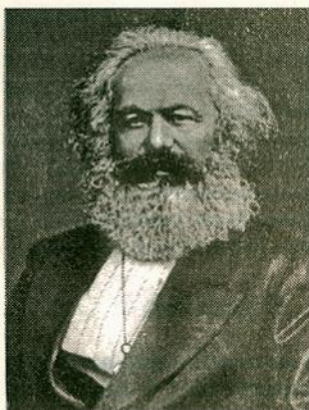
Defender a Revolução Russa, defendendo a Revolução Socialista Mundial, a começar pelo nosso próprio país.

No dia 25 de outubro de 1917, no calendário russo (7 de novembro no nosso), a classe operária,

apoiada nos camponeses pobres, tomou o poder na Rússia, através da insurreição. Em outubro de 1994, faz 77 anos a primeira revolução proletária vitoriosa, que abriu caminho para um amplo movimento revolucionário mundial. Há 46 anos antes de 1917 e distante de nossos dias 123 anos, o proletariado francês inaugurava a era das revoluções anti-capitalistas, com a tomada do poder pela insurreição e instalação da Comuna de Paris.

A sua derrota não foi em vão, deixou importantes lições, que seriam assimiladas pelo proletariado russo, através do partido bolchevique. Convém-nos estabelecer o elo histórico entre a revolução proletária de março de 1871 derrotada pela reação burguesa e a primeira revolução vitoriosa de 1917. As primeiras lições foram tiradas por Marx e Engels, dois revolucionários que viveram neste período e assentaram toda a base do socialismo científico.

Analisando os fatores da derrota, Karl Marx e Friedrich Engels dirão, na obra "A Guerra Civil na França", "que não basta a classe operária apoderar-se da máquina do Estado para adaptá-la aos seus próprios fins". Concluem que é preciso destruir a máquina estatal burguesa,



por corresponder à ditadura de classe dos capitalistas contra a maioria explorada. Desta forma, a derrotada "Comuna de Paris" permitiria desvendar definitivamente a natureza do Estado na sociedade de classes. E ajudaria Marx e Engels a compreenderem a essência da estratégia da revolução social anti-capitalista. Ou seja, a necessidade de destruir a ditadura de classe da burguesia, desintegrando seu Estado, e de estabelecer a ditadura de classe do proletariado, como condição transitória para realizar as transformações econômicas e sociais em direção ao comunismo, sociedade sem classes. A extinção da ditadura do proletariado se dará com a extinção das classes, numa sociedade altamente avançada sem exploradores e explorados, sem fome e miséria, enfim, sem luta de classes.

O Partido Bolchevique, surgido de uma cisão do Partido Social-Democrata Russo, que foi fundado em 1898, teve o mérito histórico de encarnar plenamente os ensinamentos da revolução proletária de 1871 através da doutrina do socialismo científico de Marx e Engels. O partido dirigido por Vladimir Ilich Lênin, e mais tarde por Trotsky, para nos referirmos apenas aos dois maiores dirigentes, elaborou o programa da estratégia da revolução e ditadura proletárias. Esse programa, forjado na mais intensa luta de classes - como comprovam os acontecimentos sangrentos da revolução democrática de 1905 e, depois, com a insurreição de fevereiro de 1917 - permitiu a fusão do movimento revolucionário socialista com o movimento instintivo do proletariado, que pôde nestas condições dirigir o movimento camponês contra os latifundiários e nacionalizar as terras.

Assim como Marx e Engels, Lênin e Trotsky sempre tiraram as idéias revolucionárias das experiências vivas da luta de classes. Militando no interior do movimento das massas proletárias se verifica que estas são os semeadores da teoria e do programa da revolução. Da mesma forma que a tomada do poder na França de 1871 expôs todo o problema da transformação da classe operária em dirigente do Estado e das



transformações revolucionárias, a criação dos conselhos de operários, camponeses e soldados, os soviets, pelas massas em luta, possibilitaram aos bolcheviques materializar a revolução e ditadura proletárias.

Explicando a importância dos "soviets" (conselhos), Lênin dirá, em abril de 1917: "O traço mais notável de nossa revolução é que tem dado origem a um duplo poder. Antes de tudo, é necessário entender este fato, pois sem o compreender não será possível avançar. Devemos saber como completar e corrigir velhas "fórmulas", por exemplo, as do bolchevismo, pois, se bem demonstraram ser corretas em geral, sua realização concreta resultou ser diferente. Ninguém pensou previamente, e não poderia pensar, em um duplo poder. O que é esse duplo poder? Junto ao governo provisório, o governo da burguesia, surgiu outro governo, débil e incipiente, mas sem dúvida um governo que existe realmente e se desenvolve: os soviets de deputados operários e soldados".

Lenin mostrará que a composição de classe desse governo é de proletários e camponeses e que seu caráter político é de uma ditadura revolucionária, que significa "um poder diretamente baseado na tomada revolucionária do poder, na iniciativa direta do povo deste abaixo, e não em uma lei promulgada por um poder político centralizado". Esta observação concreta de por onde

passará a revolução lhe permite estabelecer elos de ligação com a Comuna de Paris. Conclui: "Este poder é do mesmo tipo da Comuna de Paris de 1871". Resumimos as características citadas por Lenin: 1) A fonte do poder não está nas leis previamente aprovadas no parlamento, mas sim na iniciativa direta do povo desde as bases; 2) Substituição da polícia e exército pelo armamento de todo o povo; 3) A burocracia estatal é substituída pelo governo direto do povo, os empregados do Estado são eleitos e podem ser destituídos diante do descontentamento do povo e sua remuneração não excederá o salário de um operário qualificado.

Estão aí algumas condições essenciais para se destruir o Estado burguês e substituí-lo pelo Estado Operário. Seis meses depois de Lenin ter defendido a importância dos soviets para a revolução, os bolcheviques levaram as massas a tomarem o poder, estabelecendo a República dos Soviets.

Esta obra, entretanto, passou a ser destruída por uma facção do próprio partido bolchevique (nome mudado para partido comunista russo), dirigida



por Stalin. A partir de 1924, este dirigente ganhou força no interior do partido e do Estado Operário, expressando as pressões da pequena-burguesia ainda vigente na Rússia revolucionária e da burguesia internacional. Uma das características fundamentais da degeneração do Estado Operário, ou seja, da ditadura de classe do proletariado, foi o restabelecimento de uma burocracia estatal privilegiada, assentada em interesses pequeno-burgueses e burgueses. Esta casta foi emancipando cada vez mais o Estado Soviético da influência da classe operária, cedendo lugar à influência da pequena burguesia e da burguesia internacional, mesmo que indiretamente.



A quebra das características soviéticas, citadas por Lenin, deu lugar ao fenômeno da ditadura burocrática estalinista, que nada mais era senão o restabelecimento das premissas para a restauração capitalista. Porém, esta burocratização e afastamento do Estado do controle operário não se deu sem que a política desenvolvida por Stalin fosse produto da revisão dos princípios fundamentais do marxismo-leninismo. Leon Trotsky, que organizou a Oposição de Esquerda, combateu de conjunto as revisões, sendo um dos pontos mais importantes a concepção estalinista do "socialismo em um só país". Por essa tese, a burocracia estalinista renegou o postulado internacionalista da impossibilidade da construção do socialismo em um só país, isolando a

Rússia do processo da revolução mundial e auxiliando o imperialismo a destruir os avanços revolucionários em outros lugares. Desta concepção se despreendeu a política de "coexistência pacífica" com o imperialismo e, finalmente, a dissolução da III Internacional, em maio de 1943, em plena guerra inter-imperialista.

Com o tempo, se evidenciou que as forças produtivas na União Soviética estavam encarceradas pelo controle mundial capitalista e que as diferenças de classe aumentavam, enquanto o proletariado era cada vez mais sacrificado pela ditadura burocrática. O isolamento da União Soviética cada vez maior e a desativação do movimento internacional iriam dar lugar à grande crise, a partir de 1985. Mikhail Gorbachov elaborará a sua Glasnost-Perestroika, que significa restabelecer o capitalismo e destruir de vez as conquistas da revolução de Outubro.

Leon Trotsky previu a possibilidade, já em 1938, na obra "A Revolução Traída", de retrocesso, caso o proletariado russo não realizasse a tempo a revolução política, que restituiria a ditadura do proletariado e o internacionalismo marxista. Para isso lutou pela construção da IV Internacional. A vitória definitiva de Stalin deu lugar à Perestroika e à própria desagregação da burocracia, que procura se adaptar e se transformar em beneficiária do capitalismo.

Os esquerdistas céticos foram arastados pelos últimos acontecimentos e pela propaganda de que definitivamente o comunismo se mostra inviável. O PT, para se mostrar adepto do capitalismo, apesar de vez em quando pronunciar a palavra socialismo, condenou no seu Primeiro Congresso de 1992 a estratégia da ditadura do proletariado. Assim, apodrecerá com o capitalismo.

O fato é que o programa estalinista inviabilizou a União Soviética como parte da revolução mundial. O capitalismo está mergulhado numa crise mais profunda que a de 1919 e 1945, trata-se de construir o Partido Mundial da Revolução Socialista (IV Internacional), deitando suas raízes na Comuna de Paris e na Revolução de Outubro de 1917.

Viva a Revolução Russa!

Defendamos sua conquistas!

Pela revolução política contra a burocracia estalinista!

Pela Revolução Socialista Mundial!

Pela Construção do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional!

Internacional



*Palestra e Debate sobre a Revolução Russa:
Domingo, dia 20 de novembro, às 16 horas.
Local: Rua Clélia, 884, Lapa - São Paulo*

Greve Geral na Itália contra o neoliberalismo

No último dia 14 de outubro, a Itália parou por 4 horas em uma greve geral que mobilizou todo o país contra a política de cortes de verbas do governo Berlusconi. Berlusconi anunciou corte de verbas para a aposentadoria, para a saúde e para a educação. Operários, aposentados e estudantes realizaram manifestações de dezenas de milhares de pessoas por todo o país, algumas delas com mais de 200 mil pessoas (Milão, Turim, Roma, Florença).

A política de cortes de verbas do governo corresponde à aplicação da política neoliberal também nesse país imperialista. Os cortes de verbas permitirão ao Estado italiano ter condições para sustentar o parasitismo financeiro e abrirá condições para a exploração capitalista da previdência, saúde e educação. Quem pagará as conseqüências serão as massas, que arcarão com os custos dessa política.

Os protestos por todo o país mostram que as massas nos países imperialistas também se chocam com o neoliberalismo e saem às ruas para combatê-lo.

O capitalismo em crise só tem a alternativa da destruição de forças produtivas para sobreviver. Isso implica em jogar cada vez mais milhões de seres na pobreza absoluta. As massas se chocam contra a política neoliberal, que expressa a estratégia de destruição de forças produtivas e reconcentração de mercados e capitais. Falta-lhes avançar para a construção dos partidos revolucionários em todos os países, para que a luta possa levar à destruição do capitalismo e construção do socialismo, única forma de permitir que as forças produtivas possam desenvolver-se plenamente e acabar com a miséria de um bilhão de pessoas.

Realizada Reunião do Comitê de Enlace

Nos dias 29 e 30 de outubro passado, o Comitê de Enlace discutiu a situação política e a atuação das seções. Destacam-se os seguintes pontos:

Argentina:

A Frente Grande está em crise, desgastada e dividida, entre outras causas pela derrota eleitoral do PT brasileiro, tido para ela como modelo. O PC já caracteriza a mesma como traidora, por sua capitulação à política neoliberal do governo.

Está em formação uma frente eleitoral visando as eleições presidenciais de 1995. As correntes e partidos de esquerda pretendem lançar um sindicalista e líder popular Santillan, baseado numa Frente de Trabalhadores. Pretendem que esta se transforme num Partido de Trabalhadores, aos moldes do brasileiro.

O Comitê Construtor do POR discutirá como intervir nesse processo, defendendo um programa revolucionário. Apontará a necessidade da construção de um autêntico partido revolucionário, baseado na estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Foi dado um informe sobre o Congresso do POR argentino. Destacou-se os seguintes pontos: a) É preciso aperfeiçoar a caracterização das Forças Armadas argentinas, cuja oficialidade é de casta, e desenvolver a política proletária para as FFAA. b) Na Argentina não está colocada a tarefa democrática da

Unidade Nacional, já resolvida pela burguesia. c) A questão agrária envolve tarefas de tipo socialista, porque a produção agrícola é capitalista, com traços marginais de pré-capitalismo. d) É preciso avançar na compreensão do papel do jornal para o desenvolvimento das campanhas do partido e de como ele cumpre o papel de organizador coletivo.

Brasil:

Destacou-se a avaliação das eleições. Houve acordo em geral sobre o balanço apresentado pela seção brasileira. Ressaltou-se os seguintes pontos:

É importante reparar que houve um deslocamento eleitoral de votos do PT para os brancos e nulos, já que a votação de Fernando Henrique foi semelhante à de Collor, enquanto que a de Lula caiu bastante, ao mesmo tempo em que cresceram os votos brancos, nulos e a abstenção. Isso aponta para um desgaste do reformismo junto às massas, pela política pró-burguesa que vem desenvolvendo, seja nas administrações municipais conquistadas, seja nos sindicatos e na CUT ou na própria campanha eleitoral. Mostra também um avanço de uma parcela das massas, que instintivamente desconfia da democracia burguesa e caminhou para as posições defendidas pela TPOR. Cabe à TPOR saber desenvolver essa tendência e dar-lhe expressão consciente. Para

isso é necessário fortalecer-se política e organizativamente.

Bolívia:

Fracassaram as tentativas do governo de atenuar a resistência das massas à aplicação da política neoliberal através de planos com formas populistas. Os camponeses saíram em luta rejeitando o plano no seu conjunto, e se somaram aos professores. Até o empresariado boliviano se voltou contra o entreguismo descarado do governo.

O governo encontra-se fragilizado e não conta com a possibilidade de um autogolpe para enfrentar as massas resistentes. A situação favorece amplamente o avanço das lutas de massa que se chocam com o governo e o imperialismo.

A tarefa central do POR é ganhar a direção física das massas para que seja capaz de levar a luta às últimas consequências, pondo abaixo o governo pela via revolucionária.

Internacional

Reafirmou-se a necessidade das campanhas contra a intervenção militar americana no Caribe e no Oriente Médio.

A próxima reunião do Comitê de Enlace será em dezembro.

Fora o imperialismo do Haiti!

A volta do presidente Aristide ao governo no Haiti se deu sob o domínio do imperialismo americano. Será um fantoche nas mãos de Clinton, que exercerá o poder real na ilha através dos fuzileiros americanos. Agora pode-se ver realmente o que estava por trás da farsa da defesa da democracia: a opressão imperialista.

Seja através da ditadura de Cedras ou através da democracia com Aristide, mantém-se a opressão nacional e social. Quer dizer que se mantém o domínio americano sobre o país e a exploração e opressão de classe sobre as massas.

Os golpistas salvaram suas cabeças e suas contas bancárias com o acordo que permitiu a ocupação sem resistência do Haiti. A população continua sofrendo nas mãos dos policiais do governo, famintas e sem perspectiva de solução para seus problemas.

Com a ocupação do Haiti, o imperialismo americano abre caminho para novas arremetidas contra as nações do continente. Por isso é preciso continuar a campanha contra a intervenção americana no Haiti.

Fora o imperialismo do Haiti!

Fora a marionete americana Aristide!
Fora os militares golpistas!
Autodeterminação dos haitianos!
Por um governo operário e camponês!

Fora o imperialismo do Oriente Médio!

O governo norte-americano continua enviando tropas para a fronteira do Iraque. São mais de 200 mil soldados cercando o país. Sem contar que as regiões norte e sul do país continuam sob ocupação americana, desde a guerra de 1991. Saddam Hussein pretendia forçar negociações com o imperialismo para que cessasse o embargo econômico, através de movimentação de tropas na fronteira do Kuwait. Mas o resultado de sua manobra foi o aumento da presença militar americana no Golfo. Agora já se discute nas forças imperialistas a possibilidade de invasão preventiva do Iraque.

O imperialismo tem realizado uma ofensiva no Oriente Médio. Sua política tem como ponto central submeter todas as nações da região ao seu controle. Tem forçado a Síria a assinar um acordo de paz com Israel chantageando-a com a água. Os governos dos países árabes têm capitulado perante o imperialismo um após outro, seguindo os passos de Arafat da OLP.

As massas árabes sofrem com o aumento da opressão nacional. Os movimentos que se opõem à rendição promovida por Arafat se chocam com a repressão israelense e com a OLP. Os métodos terroristas são incapazes de enfrentar a situação. Arafat perde respaldo popular, tendo sido recentemente expulso de um funeral de um dirigente do Jihad assassinado. O Hamas ganha força junto às massas. Mas falta o partido revolucionário, que seja capaz de apontar para a luta antiimperialista que só pode ser conseqüente se puser abaixo a burguesia nativa corrupta.

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional chama a defesa do Iraque e das outras nações do Oriente Médio contra a opressão imperialista. Fora o imperialismo do Iraque! Defendamos a reivindicação de autodeterminação dos povos, que leva à luta antiimperialista e anticapitalista! Organizemos em nosso país a luta antiimperialista!